



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 094**

**O que aprender do espírito de Gesell hoje?
Sobre o programa não-marxista de Keynes**

**Everton Sotto Tibiriçá Rosa
Tiago Camarinha Lopes**

FACE/UFG
Goiânia – Outubro de 2022

**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

FACE
FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Rosa, Everton Sotto Tibiriçá. O que aprender do espírito de Gesell hoje? Sobre o programa não-marxista de Keynes / Tiago Camarinha Lopes - 2022.

15 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 094)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2022.

1. Keynes. 2. Gesell. 3. Índice. IV. Título

O que aprender do espírito de Gesell hoje? Sobre o programa não-marxista de Keynes

Everton Sotto Tibiriçá Rosa¹
FACE/UFG

Tiago Camarinha Lopes²
FACE/UFG

RESUMO

As teorias econômicas de Keynes e Marx possuem muitas similaridades considerando o padrão do pensamento econômico neoclássico mainstream. Mesmo que ambos os autores entendam o papel central do dinheiro e do capital em um sistema econômico, eles divergem nitidamente no campo político. Para fazer uma comparação adequada entre Marx e Keynes é necessário lembrar a obra de Silvio Gesell, economista da virada do século 19 para o século 20 pouco lembrado na história do pensamento econômico. Este artigo questiona o que se poderia aprender do espírito de Gesell hoje como maneira de apreender o entendimento de Keynes sobre o Marxismo e o sistema econômico que deriva dessa doutrina. Keynes discordava principalmente da teoria do dinheiro de Marx, pois ela não seria construtiva no sentido de uma reforma monetária para controlar o movimento de acumulação do capital. Concluimos que as propostas de política econômica de Keynes funcionam como uma reforma sistêmica para atingir um sistema econômico não-Marxista, o que difere da linha de Gesell de buscar um caminho de transformação econômica e social que pode ser caracterizado como anti-Marxista.

Palavras Chaves: Keynes, Gesell, Marx, moeda, juros, teoria do capital.

ABSTRACT

The economic theories of Keynes and Marx have many similarities, considering the standard of economic thought of neoclassicism. However, they are also in conflict with each other, even though both authors understood the central role of money and capital in an economic system. In order to make an adequate comparison between Marx and Keynes we need to remember Silvio Gesell, an economist from the turn of the nineteenth century to the twentieth century little remembered in the history of economic thought. The paper intends to present elements that could be learned today from Gesell's economic thought in order to comprehend Keynes's understanding of Marxism and of the economic system deriving from this doctrine. Keynes did not agree with Marx's theory of money, because it impeded the elaboration of monetary reforms to control capital accumulation. We conclude that Keynes's concrete proposals for economic policy may function as a systemic reform to achieve a non-Marxian economic system, which is different from Gesell's proposal of economic and social transformation that can be characterized as anti-Marxist.

Keywords: Keynes, Gesell, Marx, money, interest, capital theory.

JEL: B00, E11, E12.

¹ Dr. em Economia. E-mail: evertal@ufg.br

² Dr. em Economia. E-mail: tiagocamarinhalopes@ufg.br

1 INTRODUÇÃO

Desde a decisiva influência de John Maynard Keynes sobre a teoria econômica a partir dos anos 1920 e 1930, variadas tentativas de relacionar seu pensamento da economia monetária com o sistema econômico de Karl Marx foram iniciadas. Diferente da tradição clássica e do mainstream macroeconômico, ambos autores tinham de fato algo a dizer sobre o fenômeno da dinâmica capitalista e suas crises. Ambos eram transformadores do mundo ao seu redor e traçaram perspectivas de ação que influenciaram concretamente as economias de todo o mundo ao longo do século 20.

É possível dizer que existem duas grandes vertentes destas tentativas de relacionamento entre Keynes e Marx: uma que enfatiza o aspecto da conciliação entre eles e a outra que destaca suas posições opostas. Essa duplicidade expressa o mesmo nexos dialético existente entre a reforma e a revolução. Por esta razão, antes de optar entre um ou outro lado, é necessário fazer uma revisão sistemática e consequente dos pontos de contato e ruptura entre os dois economistas para que se possa combinar corretamente as forças dos dois lados. Para tanto, o resgate de um autor relativamente desconhecido se impõe, principalmente no que tange à teoria do dinheiro ou moeda.

Há quase um século, Keynes ([1936] 1996) anotou que

“o futuro terá mais a aprender do espírito de Gesell que do de Marx. O leitor que consultar o prefácio de *The Natural Economic Order* poderá apreciar o valor moral de Gesell. É nesse prefácio, no meu entender, que se pode encontrar a resposta ao marxismo.” (Keynes [1936] 1996, p. 326)

Afinal, o que aprender do espírito do economista alemão Silvio Gesell hoje? A partir dessa pergunta, este artigo compara os fundamentos teóricos de Keynes e Marx, principalmente em relação ao fenômeno do dinheiro e dos juros, para compreendermos melhor o elogio de Keynes à resposta ao marxismo de Gesell.

O artigo se desdobra em três seções. Na primeira seção é apresentado o sistema econômico de Gesell e suas propostas de reforma. Na segunda seção destaca-se a relação deste sistema com a Economia Monetária de Keynes. A terceira seção aponta que tanto Gesell quanto Keynes não concordavam com a teoria da mercadoria-moeda de Marx, porque esta teoria inviabilizava a elaboração de uma política monetária que anulasse o descolamento da esfera financeira em relação à esfera produtiva. As considerações finais fecham o trabalho indicando que a influência antimarxista de Gesell sobre Keynes pode contemplar uma postura menos fechada adotada tanto por Keynes quanto por seus seguidores mais progressistas, de modo que o pensamento econômico de Keynes seria de fato apenas *não-marxista* ao invés de *antimarxista*.

2 GESELL E SUA REFORMA MONETÁRIA COMO PONTE PARA A ORDEM ECONÔMICA NATURAL

Silvio Gesell foi um comerciante alemão que migrou para a Argentina no último quarto do século XIX. Segundo Keynes (1936), Gesell voltou-se para o estudo dos problemas monetários no fim dos anos 1880, em decorrência da crise econômica internacional. Sua primeira obra, de 1891, denomina-se “A Reforma Monetária como ponte para o Estado Social” (*Die Reformation im Münzwesen als Brücke zum sozialen Staat*). Ali ele indaga como a moeda pode ser utilizada para a criação consciente de um sistema econômico e social que seja mais

adequado, segundo ele, à natureza humana³. O ponto de Gesell é que a moeda adotada desde os primórdios da civilização e presente na sociedade moderna é inadequada para a liberação da potencialidade humana, pois ela não funciona como deveria. Ao invés de ser exclusivamente um meio de troca, a moeda assume outras funções que acabam travando todo o potencial positivo por trás da divisão do trabalho. Assim, toda a organização econômica da civilização moderna está prejudicada devido à existência de uma moeda viciada, imprópria para liberar e impulsionar todas as benesses do incremento da produtividade via especialização.

A principal obra de Gesell se chama "A Ordem Econômica Natural por meio da Terra Livre e do Dinheiro Livre" (*Die natürliche Wirtschaftsordnung durch Freiland und Freigeld*). Ela foi publicada em 1916 e corresponde à junção de duas obras prévias: a primeira de 1906, intitulada "A Realização do Direito sobre todo o Produto do Trabalho" (*Die Verwirklichung des Rechtes auf dem vollen Arbeitsertrag*) e a segunda, de 1911, conhecida como "A Nova Doutrina dos Juros" (*Die neue Lehre vom Zins*).

No prefácio da quarta edição de *A Ordem Econômica Natural*, de 1920, Gesell afirma que a Primeira Guerra Mundial confirmou toda sua teoria econômica e suas propostas de reforma social. Isso porque capitalistas, comunistas e marxistas tiveram muito que refletir com a emergência e resultados da Guerra e tiveram que equacionar falhas no funcionamento de seus sistemas econômicos e nos ideais propostos de sociedade. Para Gesell, a Guerra explicitou tanto o fim do laissez-faire quanto a emergência de uma bifurcação a que se chegou para a definição da organização econômica da sociedade. Segundo o autor, a população dos anos de 1920 precisava realizar a escolha entre duas alternativas: de um lado existiria o caminho para o comunismo, de outro, o caminho para o que ele chama de "ordem econômica natural".

Para Gesell, o colapso do laissez-faire ainda não havia culminado com a escolha entre os dois extremos. Desta forma, a sociedade estaria em uma posição provisória, numa espécie de purgatório antes de decidir se vai para o inferno (comunismo) ou para o céu (sua "ordem econômica natural"). A realidade desse estágio seria de um sistema econômico híbrido e indefinido, onde o Estado faz a mediação e permite a convivência de características particulares das duas alternativas. Era como se o sistema econômico estivesse num estágio de indefinição, apresentando características de um sistema de propriedade comum e busca da igualdade, mas, ao mesmo tempo, aspectos da ordem econômica natural, fundada no homem verdadeiramente independente e livre que é recompensado pelo seu próprio esforço.

Esta situação, para o autor alemão, seria insustentável ao longo do tempo. Em sua visão, comunismo e ordem natural são incompatíveis, tendo em comum apenas o fato de emergirem em resposta ao colapso do laissez-faire⁴. Como Gesell define, a ordem econômica natural é fundada no interesse pessoal, no esforço humano realmente livre, onde o privilégio e a moeda não influenciam na "seleção natural" da competição do mercado e do trabalho, diferindo do laissez-faire. O comunismo, por outro lado, não seria fundado nesta base, uma vez que o interesse pessoal estaria subordinado à postura solidária. Para Gesell, a experiência teria mostrado que os impulsos de preservação do grupo ou da espécie seriam mais fracos do que o egoísmo ou a autopreservação do indivíduo. Neste sentido, partindo do comunismo primitivo, a produção de bens e a divisão do trabalho tornaram o comunismo impossível, uma vez que o aumento da impessoalidade das relações foi tornando o ganho pessoal mais relevante do que o benefício coletivo⁵.

Dessa forma, os indivíduos mais eficientes ou que se destacavam em suas atividades diárias de sobrevivência foram rompendo com o comunismo, o que ajudaria a explicar, do ponto de vista da perspectiva da evolução natural inaugurada por Charles Darwin, porque teriam se

³ Aspecto comum em outras tradições econômicas, como dos institucionalistas, a exemplo de Veblen (1899).

⁴ Pensamento similar ao de Mannheim (1954), no que diz respeito à emergência da ação social do Estado em resposta ao fracasso do laissez-faire, tanto nas sociedades democráticas, quanto nas totalitárias.

⁵ Ver também Yuki (2015).

formado classes sociais na dissolução do comunismo primitivo⁶. Gesell (1958, p.6) afirma que “*se o bem de todos fosse um impulso mais forte do que o bem pessoal, o comunismo teria permanecido*”. Ou seja, o bem comum é diluído pelo bem pessoal, por conta do instinto de autopreservação. Quanto maior a sociedade e mais complexa a divisão do trabalho, maior é a diluição do bem comum. A única possibilidade para o comunismo vingar em uma sociedade sofisticada na divisão do trabalho seria a substituição dos impulsos pessoais por atribuições compulsórias, uma vez que as tarefas não podem deixar de ser realizadas. Neste ponto, Gesell defende que o comunismo não é compatível com a natureza humana, assim como o sistema econômico em vigor, o *laissez-faire*.

Em relação ao *laissez-faire*, o problema de Gesell não é tanto com o discurso, mas com a estrutura real da organização econômica que profere o discurso. Gesell observa que a reprodução do privilégio e do poder da moeda não fazem com que os indivíduos sejam verdadeiramente livres. Segundo o autor, o egoísmo não deve ser confundido com interesse pessoal a qualquer custo, ou seja, “*o homem sábio logo nota que seu interesse próprio é melhor atendido com a prosperidade do todo*” (Gesell, 1958, p. 2). Para Gesell, a existência de propriedade de recursos escassos e a forma que a moeda assume nessa sociedade é incompatível com a liberação do homem.

Dessa forma, o colapso do *laissez-faire* finalmente colocou a sociedade na posição de escolha da nova organização social da produção. Contudo, a escolha não foi tomada, permanecendo características da sociedade do *laissez-faire* (sua estrutura econômica), características da solidariedade do comunismo e do interesse pessoal e do esforço da ordem natural. Essa indefinição seria transitória e a sociedade estaria em um momento de tomar a sua decisão.⁷

Gesell defende o caminho para a *Ordem Econômica Natural* uma vez que entende que o comunismo se chocaria com a natureza humana e com uma sociedade com alto desenvolvimento da divisão social do trabalho. Isto é, a sociedade assentada na divisão e especialização do trabalho, com infinidade de etapas, processos, esforços e produtos seria incompatível com o ideal comunal presente nas sociedades primitivas. Com isso, uma vez que a divisão do trabalho fosse posta em marcha, não haveria caminho de volta ao comunismo. Por isso, toda sua elaboração teórica busca fundamentar o caminho político para a criação da *ordem econômica natural* que será uma resposta tanto para o *laissez-faire* derrotado pela realidade das crises, dos privilégios e das guerras, quanto para os desdobramentos do caminho revolucionário seguido pelos marxistas que romperam com a Socialdemocracia Alemã.

E como funciona exatamente essa *ordem econômica natural*? Em síntese, ela é um sistema delineado para compatibilizar a organização econômica da espécie humana com as diretrizes da teoria da evolução de Darwin (1859). A integração do princípio evolucionário para o campo da ciência econômica e social foi levada adiante por diversos autores como Thorstein Veblen, Alfred Marshall, Friedrich Hayek e Herbert Spencer. Nesse ponto, a particularidade de Gesell é que ele se esforça em ser denunciar o ideal da livre concorrência com a realidade factual da concorrência. Gesell percebeu que a competição de mercado que a maioria dos autores descreve e exalta não corresponde à competição natural. A livre manifestação das forças de mercado, diferente do que ocorreria na seleção natural, não está selecionando os indivíduos

⁶ Ponto de vista similar ao de Veblen (1899) sobre o surgimento da classe ociosa com o avanço da divisão social do trabalho e o distanciamento da sociedade primitiva não predatória.

⁷ Curiosamente, o “sistema híbrido”, tido como insustentável por Gesell, é justamente a escolha de Keynes, sendo sua teoria da *economia monetária*, uma forma de dar sustentabilidade para este sistema econômico que não é mais *laissez-faire*, mas também não chega a ser centralmente planejado. Enquanto, os extremos foram defendidos por diferentes autores ao longo da história do pensamento econômico - Marx, Gesell, Proudhon, Sismondi, bem como a própria volta do *laissez-faire* - Hayek, Friedman -, poucos autores, no entanto, escolheram o sistema híbrido tal como fez Keynes. E os que fizeram a mesma escolha, não tiveram meios para que ele funcionasse adequadamente. Em seu tempo, eles foram chamados de *socialistas utópicos*.

e espécies mais aptas de fato, pois, devido àquela moeda viciada, os indivíduos estão utilizando-se de meios artificiais que lhes dão vantagem. A propriedade e a moeda ou a estrutura de poder e privilégio burlam as regras da competição justa e o esforço individual verdadeiro fica de lado.

Gesell argumenta que o homem em sociedade, pelas relações de poder e propriedade, não está submetido diretamente às leis biológicas de seleção: a competição do mercado favorece quem tem propriedades, e não quem possui as características funcionais que ampliam a probabilidade de sobrevivência da espécie. Isso quer dizer que o sistema de mercado, do jeito que ele realmente existe, não permite o livre desenvolvimento das qualidades humanas responsáveis pelo progresso da espécie, do ponto de vista da biologia. O homem enquanto espécie animal consegue usar ferramentas sociais para influir em seu próprio processo de adaptação na natureza. Em relação ao esquema mais estreito que é a organização econômica de mercado, o homem enquanto indivíduo social utiliza essas ferramentas a seu favor com a peculiaridade de que isso pode compensar uma falta de habilidade natural, como por exemplo, a força física ou a inteligência.

Para Gesell haveria um sistema econômico a ser construído compatível com o livre desenvolvimento da espécie humana do ponto de vista biológico. A ideia dele é a de que não adianta defender os princípios da liberdade econômica e humana sem dar as condições de igualdade de oportunidades. Vale dizer, deve-se adotar um sistema econômico cujo padrão de distribuição siga estritamente o esforço individual⁸. Desta forma, as recompensas e propriedades que o indivíduo venha a obter tornar-se-ão verdadeiramente reflexos de sua capacidade individual e não dos feitos de seus antepassados.

Em sua descrição existem dois elementos escassos que se tornam propriedade e que podem deturpar essa ordem econômica natural: a terra e a moeda.

A propriedade não é em absoluto o problema para Gesell. A propriedade só passa a ser um problema quando ela é escassa e quando não deriva do esforço individual. O que ele quer dizer é que a propriedade se torna um problema quando o item em questão é escasso de forma absoluta/natural, por exemplo, a terra, ou quando é mantido escasso de forma artificial, por exemplo, a moeda. Essa é a mesma percepção de Keynes nos capítulos finais da *Teoria Geral*. Gesell, diferentemente de Senior, Clark, Spencer, Marshall e Fisher não busca justificar a renda e riqueza oriunda do “não trabalho”, como recompensa pelo sacrifício da abstinência, espera ou risco. Ele assume a mesma posição dos autores que não encontram justificativas universais para o “ganho” que não derive do trabalho. Ou seja, toda a renda que não seja contrapartida de trabalho está em um processo de contestação na visão de Gesell.

Os juros em seu sistema representam a renda que deriva da existência de propriedade sobre o item que é escasso (relativamente)⁹. Politicamente, portanto, Gesell, junto com esses denunciadores do “ganho imerecido”, quer acabar com as rendas de propriedade, mas não necessariamente com a propriedade. Este ponto é similar ao de Keynes (1936), porém, Keynes não quer acabar nem com a propriedade, nem com a sua renda, mas quer garantir que esta renda não irá se tornar um entrave para o avanço do sistema econômico, como é nítido em sua preocupação com os juros e com o papel do *rentier*. Para Gesell, de outro lado, nada justificaria essa renda em primeiro lugar. Mesmo que a propriedade fosse obtida pelo esforço individual direto não caberia a existência de rendas do não trabalho.

Qual seria o mecanismo concreto sugerido por Gesell para atingir isso? Primeiro, acabar

⁸ Gesell quer construir uma sociedade que seja *verdadeiramente* meritocrática. A diferença entre a *Ordem Econômica Natural* e o *laissez-faire* é que o último alega que nossa sociedade já é esta, enquanto o primeiro se dá conta de que apenas o discurso do *laissez-faire* é humanista, meritocrático e libertário, mas as condições para atingir essa situação ainda não existem.

⁹ Keynes (1996, p.343-344) reafirma esta ideia com clareza, quando diz que embora existam razões para a escassez da terra, não existem razões para a escassez da moeda. Toda a teoria de Keynes é de combate à escassez relativa de moeda (liquidez) e bens de capital. Ver também Darity (1995).

com a propriedade do que é escasso em termos absolutos. Em sua terminologia essa proposta aparece sob o nome de “*free-land*”, ou seja, terra livre. Segundo o autor: “Nenhum indivíduo particular, nem Estado, nem sociedade deve reter qualquer espécie de privilégio sobre a terra. Pois todos nós somos nativos da terra” (Gesell, 1958, p.36). O segundo ponto seria acabar com a escassez artificial. Neste sentido, a moeda tem que se tornar uma moeda-livre, ou seja, a moeda tem que ser livre para assumir a sua posição de meio de troca, sendo impedida ou desestimulada a se tornar objeto de acumulação e de geração de renda do não trabalho. A partir daí se estruturaria um ambiente de competição no mercado que refletiria perfeitamente as condições de competição na natureza, de modo que todos os membros da sociedade só poderiam contar com suas próprias habilidades intrínsecas (força, inteligência, saúde, etc.) e não mais com instrumentos de apropriação das habilidades intrínsecas alheias.

Em síntese, a reforma monetária que Gesell propõe seria uma ponte para um sistema econômico não só distinto do comunismo que emergia impregnado pela ideologia marxista, mas de fato um sistema econômico que repeliria seus valores filosóficos. Este socialismo antimarxista seria adequado à dinâmica biológica em que os seres humanos se inserem e, portanto, o único caminho condizente com a natureza das coisas.

3. KEYNES E GESELL: REFORMADORES DA MOEDA

A partir desse posicionamento de Gesell em relação ao Marxismo, Keynes vai além do esquema Geselliano. Ao tratar da *filosofia a que pode levar a Teoria Geral*, ele aponta para o fim da escassez relativa do capital e, conseqüentemente, para redução do lucro a longo prazo, bem como para o fim do *rentista*, pois este já teria cumprido a sua função. Neste estágio do capitalismo, a remuneração de capital e juros seria gradativamente eliminada pela abundância de bens de capital e liquidez, de forma que apenas a remuneração do trabalho permaneceria como fonte de renda, a não ser quando houvesse a perturbação de eventos extraordinários, como uma inovação que gerasse lucros até ser inteiramente difundida ou disfunções entre a oferta e a demanda, como uma quebra de safra ou desastre natural.¹⁰

Diferente de Gesell, Keynes não critica os ganhos derivados do não trabalho apenas pela ótica moral, mas pela ótica de ineficiência sobre o funcionamento do sistema econômico. Por isso, a visão de Keynes é mais realista que a de Gesell. Até superar a escassez, os lucros e os juros são de suma importância para o processo de desenvolvimento e transformação da estrutura econômica. Sem juros, não há oferta de liquidez e se os juros forem excessivos, não há demanda por liquidez. Diferente de Gesell, o problema de Keynes é com o nível mais adequado destas remunerações para o funcionamento do sistema e, não simplesmente o fato delas existirem, mesmo porque, se combatida sistematicamente a insuficiência da demanda efetiva, estas rendas tendem a desaparecer.

A *Ordem Econômica Natural* de Gesell se baseia na análise do sistema econômico de sua época e das tentativas fracassadas de superar as deficiências do *laissez-faire*. Gesell afirma que o problema de todas as tentativas foi construir uma nova sociedade sem eliminar a raiz do problema. Em especial, os fracassos se devem à utilização da moeda da mesma forma como sempre se fez. Para Gesell, enquanto a moeda não funcionar prioritariamente como meio de troca ou enquanto existir vantagem para o seu detentor em mantê-la ociosa em termos de não aquisição do produto, a sociedade vai reproduzir os episódios de crise, desemprego, ineficiência produtiva e não aproveitamento pleno da capacidade do homem e da divisão do trabalho. Neste sentido, a “moeda livre” teria o objetivo, tal como em Proudhon (1847), de colocar a moeda em pé de igualdade com as mercadorias. De outra forma, tal como fazem os mercantilistas, Gesell observa que *não existe troca de equivalentes entre moeda e mercadorias*. Contudo, a

¹⁰ Em concordância com Schumpeter, ver Keynes (1971).

implementação da “moeda livre” poderia fazer as trocas do mercado serem realmente de equivalentes, corrigindo o que Gesell achar ser um erro central da teoria econômica de todos os economistas, incluindo os clássicos, Marx e os neoclássicos.

Como isso seria possível? Idealmente, a moeda tem que sofrer a mesma degradação que as mercadorias sofrem, caso contrário ela pode ficar ociosa e pode dar vantagem a quem a acumula. Se as mercadorias sofrem degradação com a passagem do tempo, com a depreciação, com os custos de armazenagem, com o declínio de suas propriedades físicas, a moeda teria que sofrer da mesma forma. Caso contrário sempre haverá vantagem na posse de moeda. Sempre haverá juros, logo, sempre haverá capitalização que caracteriza a acumulação capitalista. A moeda precisa estar sujeita aos mesmos empecilhos físicos/químicos que as mercadorias, como trigo, ferro, porcos etc. Só que na realidade a moeda é privilegiada: ela não sofre as mesmas degradações que as mercadorias.

A reforma monetária de Gesell para libertação da moeda consistia na eliminação desta característica privilegiada da moeda. O fim desse privilégio seria obtido pela depreciação da moeda ao longo do tempo, através de um processo de destruição previsível e conhecido do poder de compra de cada nota não gasta, de tal forma que os estoques de moeda perderiam uma fração do poder de compra a cada mês.¹¹ O objetivo, segundo Gesell, era fazer a moeda retornar para a circulação das mercadorias o mais rápido o possível, permitindo a operação da produção e da divisão do trabalho sem quebras e interrupções. No limite, a instituição da *moeda carimbada* significa fazer com que a moeda carregue artificialmente as mesmas desvantagens de manutenção das mercadorias. Deste modo não haveria vantagem em possuir moeda no lugar das mercadorias normais.

Keynes atesta que a proposta da *moeda carimbada* estaria na direção correta:

“Ele [Gesell] formulou apenas pela metade uma teoria da taxa de juros. O caráter incompleto de sua teoria explica-se, sem dúvida, pelo fato de sua obra ter sido ignorada pelos meios acadêmicos. Contudo, **ele aprofundou-a suficientemente para levá-la a uma recomendação prática que talvez contenha a essência das soluções necessárias, embora não aplicável na forma que ele propôs**”. [Keynes (1996, p.327), grifo e inserção nossos].

“A ideia em que se baseia a moeda carimbada é válida” (Keynes, 1996, p. 327), porém Keynes põe em dúvida a praticidade e a efetividade real dessa solução. Por quê? Porque não é só a moeda que apresenta essa característica especial ou esse privilégio, mas qualquer ativo que apresente características de liquidez. Mesmo que não tenham essa vantagem no mesmo grau, existe todo um continuum de ativos que se beneficiam indevidamente de suas propriedades “dinheirísticas”. Todos os ativos financeiros, tal como a moeda, são alternativas à aquisição do produto, de mercadorias normais. Neste sentido, carimbar a moeda para que ela mantenha uma depreciação constante não seria suficiente para condicionar a liquidez do sistema financeiro para o produtivo. Ademais, a solução não resolveria o problema de equacionar o volume de consumo, investimento e poupança da sociedade, de modo que, poderia inclusive ser inflacionária. Por isso, Keynes vai defender instrumentos diferentes para resolver o mesmo problema através da Política Monetária e da Política Fiscal. A tributação sobre ativos

¹¹ Em 1923, Keynes atesta que a inflação é preferível à deflação, embora ambos sejam males, pois a primeira estimula o sistema econômico através da produção e do comércio, enquanto a segunda inibe o fluxo produtivo. A noção de Keynes com a *inflação* é similar à de Gesell com a *moeda carimbada*. A diferença está no fato de que a moeda carimbada estabelece a priori a velocidade de destruição do poder de compra (torna previsível), já a inflação dependeria das expectativas dos agentes sobre a mudança dos preços (pouco previsível).

financeiros e a inflação fazem o mesmo papel da *moeda carimbada*¹², porém atinge todos os ativos que apresentem liquidez no sistema, não apenas a moeda. Idealmente, cada ativo deveria receber um “carimbo” próprio referente ao seu grau específico de liquidez, de modo que nenhum ativo pudesse ter vantagem puramente financeira sobre outro.

Em resumo, ainda que o economista alemão tenha avançado na direção correta em comparação a seus contemporâneos, faltou a ele, tal como faltou a Malthus, uma *teoria da preferência pela liquidez*, exatamente como argumenta Dow (2017). De todo modo, Gesell entendeu que a moeda realmente existente funcionava como uma espécie de redemoinho que suga indevidamente para o mundo etéreo das finanças as energias da sociedade que poderiam ser alocadas para produção de riqueza real.

Keynes concorda com a intuição de Gesell. O problema do sistema econômico existente não estaria na propriedade privada, mas sim nos níveis de remuneração dessa propriedade. Tudo seria resolvido se uma reforma monetária fosse implementada. Este raciocínio está sob influência de Proudhon, autor com o qual Marx divergiu em diversos pontos, principalmente no conceito de moeda.¹³ Neste ponto, a questão da moeda e da reforma social pela adequada administração do sistema monetário é coincidente entre os três autores (Proudhon, Gesell e Keynes), ainda que as propostas sejam institucionalmente diferentes. Há o consenso de que a moeda tem que se tornar equivalente a todas as mercadorias, ou seja, de que ela não pode ter privilégios especiais em comparação às outras mercadorias no que se refere aos custos de armazenamento.

A proposta de Proudhon de um “Banco do Povo” para colocar em pé de igualdade a posse de mercadorias e de moeda é apenas uma maneira alternativa da proposta de Gesell de *carimbar a moeda* que é acumulada. Keynes chega a uma solução mais completa quando considera que a remuneração da propriedade da moeda, ou a taxa de retorno na dimensão financeira (taxa de juros), não pode ser incompatível com o que é exigido para a promoção da atividade econômica na dimensão produtiva (eficiência marginal do capital). Assim, por meio do Tesouro e do Banco Central, haveria a adequação da *preferência da liquidez* em níveis compatíveis com o necessário para que a demanda efetiva deixe de ser insuficiente e caminhe para o pleno emprego.

A eliminação do privilégio do dinheiro é vista como condição para acabar com a escassez de bens e ativos. Neste ponto, a pergunta colocada por Proudhon é respondida de forma similar, mas não idêntica, por Gesell e Keynes. Para Gesell o dinheiro realmente existente limita a construção de riqueza real. A pergunta é a seguinte: por que temos poucas máquinas, barcos e casas? Ou seja, por que temos pouco produto apesar da capacidade de produção ser gigantesca? Em consonância com Proudhon, Gesell responde assim:

“porque o dinheiro é um sentinela colocado na entrada dos mercados, com ordens para não deixar ninguém passar. Dinheiro, você imagina, é a chave que abre os portões do mercado, isso não é a verdade do dinheiro, ele é o que trava os portões” (Gesell, 1958, p.10)

Para Keynes, o dinheiro tem uma posição privilegiada no sistema, mas é a preferência pela liquidez (que pode ser satisfeita por dinheiro, mas também por diferentes ativos financeiros e até produtivos) que limita a produção. Nesse sentido, Keynes constrói adiante o rascunho de Gesell ao aperfeiçoar pontos falhos e ao ter uma compreensão menos idealista da realidade.

¹² A política fiscal é anunciada, a inflação é menos previsível. Tanto os tributos, quanto a deterioração do poder de compra são dois instrumentos que operam no mesmo sentido da moeda carimbada, ou seja, reduzir a vantagem de se acumular liquidez em detrimento da aquisição do produto.

¹³ Sobre aspectos de proximidade entre Keynes e Proudhon, ver Dillard (1942).

O grande diferencial de Keynes em relação a Gesell foi ter demonstrado que todo ativo possui certo grau de liquidez, de modo que seria necessário um carimbo específico para cada um desses ativos ao invés de um único controle sobre o ativo mais líquido de todos, a moeda. Por isso, em linha com Dow (2017) a reforma econômica de Keynes é mais estrutural que a de Gesell, contemplando não só uma esfera monetária, mas também uma esfera de decisões em âmbito estatal que seriam necessárias para viabilizar o pleno emprego, o fim das crises e uma reorganização da distribuição de renda.

4. ESSA REFORMA MONETÁRIA ENCAIXA NO SISTEMA DE MARX?

A relação entre os conceitos de mercadoria e dinheiro/moeda em Marx é muito diferente da de Proudhon, Gesell e Keynes. Para Marx (1996, p.195), essa saída de reforma do dinheiro seria uma “utopia filisteia”, uma proposição “pequeno burguesa” de defesa da liberdade e individualidade por meio da propriedade privada. Marx concorda que há um problema entre o equivalente geral (moeda) e as mercadorias, mas parece não aceitar a possibilidade de solução do problema por meio da reforma monetária defendida por Proudhon, Gesell e Keynes. A reforma monetária consiste em que ativos mais líquidos ascendam a uma posição superior em relação a ativos menos líquidos. “Igualdade de liquidez entre todos os ativos!” poderia ser o lema dessa reforma monetária.

Do ponto de vista puramente lógico, parece não haver impossibilidade para isso. É como se nenhum ativo conseguisse se destacar como equivalente geral universalmente aceito. É como se a propriedade de liquidez fosse perfeitamente distribuída entre todos os ativos. Contudo, Marx se distancia desse raciocínio porque ele traça uma distinção entre mercadoria e dinheiro que é insuperável na economia de mercado. Todos os esquemas de reforma monetária da linha Proudhon – Gesell – Keynes querem “*eternizar a produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, abolir a “antítese entre dinheiro e mercadoria” e, portanto, o próprio dinheiro.*” (Marx, 1996, p.212).

Para Marx, tal reforma parece ser impossível por dois motivos.

Primeiro, existiria uma força de transformação da mercadoria em dinheiro, quer dizer, de busca pela forma líquida, que não poderia ser contornada por políticas econômicas de qualquer tipo. Assim, para Marx, qualquer reforma no dinheiro é vista como inconsistente, pois não haveria meios de eliminar o dinheiro e manter o funcionamento de uma economia mercantil. Esse primeiro motivo não depende do conteúdo material do valor, ou seja, ele não está relacionado com a base materialista fisiocrática que Marx absorve da Economia Clássica.

Segundo, pode ser que a impossibilidade dessa reforma monetária se dê devido à teoria do valor de Marx enquanto uma teoria do valor trabalho. O fundamento da teoria do valor em bases fisiocráticas e smithianas, exigem que o princípio da troca de equivalentes esteja assegurado, diferente do que ocorre em Proudhon, Gesell e Keynes. A apropriação de Marx sobre os clássicos e sua análise sobre a duplicidade entre troca de equivalentes e não-equivalentes é complexa. Para os propósitos deste artigo, é suficiente anotar que existe uma divergência importante aqui entre Marx de um lado e os demais autores de outro (Proudhon, Gesell e Keynes) em relação ao núcleo teórico da ciência econômica: a teoria do valor.

No entendimento de Keynes (1973, p.77-78), uma economia que opera com troca de equivalentes é um tipo de economia dentre as possíveis: a *economia empresarial neutra* ou *economia neutra*. Onde o valor de troca da renda monetária dos fatores de produção é garantido, por algum mecanismo (hipótese), à magnitude da fração de produto corrente que já seria destinado aos fatores em uma *economia cooperativa* ou de *rendas-reais* (sociedade de trocas reais). Adicionalmente a estas duas economias, características da exposição dos economistas clássicos, incluindo Marx, Keynes apresenta o que seria a *economia empresarial* ou de *renda-monetária*, “a economia em que realmente vivemos”, na qual não haveria tal mecanismo. Ou

seja, as rendas monetárias, a depender da magnitude da demanda efetiva, podem ser superiores ou inferiores à parcela de produto real resultante dos esforços produtivos. Como afirma Keynes:

Um empresário está interessado, não na quantidade de produto, mas na quantidade de moeda que será sua. Ele irá aumentar seu produto se, ao fazer isso, ele espera um aumento do seu lucro monetário, **mesmo que seu lucro represente uma quantidade de produto menor do que antes**. [Keynes, 1973, p.81, grifo nosso].

Isso porque o emprego dos fatores de produção pelo empresário exige cessão de moeda, não de produto. O cálculo é sempre a taxa monetária de capitalização, ou seja, ceder moeda para obter tanto mais de moeda no futuro neste emprego ou em outro, independentemente se a moeda compraria mais produto no passado do que hoje.

A proximidade das propostas dos três autores, bem como a divergência entre eles e Marx são elementos mais do que suficientes para apontar que a conexão entre Marx e Keynes, na melhor das hipóteses, é limitada¹⁴. Aparentemente, essa limitação parece residir no que Marx preservou da Economia Clássica e que Keynes principalmente quis extirpar: a troca de equivalentes; a moeda-mercadoria; o trabalho como fonte do valor; a tentativa de explicar preços a partir de valor; a busca de um padrão de valor; a ênfase sobre a produção em detrimento da circulação e a noção de superioridade teórica da Economia Política liberal inglesa sobre a doutrina mercantilista.

Essa é uma fronteira que remonta à maneira como os economistas se apropriaram de Adam Smith, para quem o dinheiro e a moeda são fortemente relacionados à perspectiva objetivista e materialista dos fisiocratas. A dimensão subjetivista e temporal é muito pouco presente na teoria do valor de Smith e Marx em comparação com as teorias de Proudhon, Gesell e Keynes. Smith e Marx sempre estiveram preocupados em fundamentar uma teoria do valor que tivesse lastro material, que para eles se relacionava a trabalho no processo produtivo. A noção de um conteúdo específico que possa ser medido é um elemento importante da teoria do valor clássica que está sob influência dos fisiocratas.

Gesell, por sua vez, é muito claro com relação à importância da moeda, não por seu lastro ou valor intrínseco, mas como símbolo primordial para expansão da divisão do trabalho e acesso aos frutos desta, independentemente do que é “moeda” e de seu conteúdo “intrínseco”. Ele chega a dizer que se a moeda promettesse “chibatas a seu proprietário”, ainda assim ela seria demandada, pois não interessa o que ela promete com seu peso, conteúdo ou promessa pública, só interessa que ela seja aceita para sancionar a troca. Em outras palavras, a moeda só é confiável porque permite acessar as vantagens da divisão do trabalho, e não porque ela seja fruto do trabalho. A aceitação da moeda, como Gesell enfatiza, não depende da confiança do “conteúdo” da moeda, mas na sua conveniência para o ato de comércio.¹⁵

Apesar das divergências significativas em torno dos fundamentos mais profundos da teoria do valor, Keynes possui aproximações com Marx:

A distinção entre uma economia cooperativa e uma economia empresarial mantém alguma relação com a observação frutífera feita por Karl Marx, - **embora o uso subsequente que ele fez dessa observação tenha sido altamente ilógico**. Ele destacou que a natureza da produção no mundo real não é, como os economistas parecem frequentemente supor, um caso de *M-D-M'*,

¹⁴ Esta parece ser a posição também expressa em Dillard (1942) e Dillard (1984).

¹⁵ As divergências em teoria do valor devem ser aprofundadas em outra ocasião.

i.e. de troca de uma mercadoria (ou esforço) por moeda de modo a obter outra mercadoria (ou esforço). Este deve ser o ponto de partida para o consumo privado. Mas não é a atitude dos *negócios*, que são um caso de *D-M-D'*, i.e. de partida da moeda para a mercadoria (ou esforço) de modo a obter mais moeda. (Keynes, 1933, p.81, **grifo nosso**).

A divergência, portanto, não é sobre a centralidade da moeda no sistema de Marx e Keynes, mas sobre o que é a moeda e as implicações dessa definição para a dinâmica estudada. Esse ponto é crucial para as tentativas de aproximação e separação dos autores. A questão, que deve ser aprofundada em outra ocasião, é a seguinte: a dimensão objetivista da teoria do valor de Marx, que se expressa em uma teoria do valor trabalho, é a base sobre a qual Marx justifica sua descrença numa reforma monetária como desenvolvida por Proudhon, Gesell e Keynes? Se sim, de que modo?

Proudhon, Gesell e Keynes são genuínos reformadores do sistema. Acreditam ser possível consertar o que está quebrado, de modo que a economia fundada na propriedade privada funcione como se deseja. Os termos “capital”, “capitalismo”, “capitalização” e “capitalista” voltam às suas origens: *a do empréstador do dinheiro a juros*. Nessa acepção, os olhares se voltam para o mercado ou esfera da circulação, e não para a esfera da produção como é o caso na Economia Política Clássica que bebe com gosto nos Fisiocratas. A solução de Keynes, de regular a taxa de juros monetária, assim se apresenta:

Se tenho razão em supor que é relativamente fácil tornar os bens de capital tão abundantes que sua eficiência marginal seja zero, **este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo**. (Keynes, 1996, p.216, grifo nosso).

Nesta *economia monetária* da produção, onde tudo é produzido pelo trabalho e na qual o objetivo da produção de quem dirige o processo é a acumulação monetária, a única razão para se esperar que um ativo tenha um rendimento monetário superior ao seu custo de produção deriva do fato dele ser escasso. Este ativo continuará escasso enquanto a taxa de juros monetária representar um custo de oportunidade atrativo. Dentro do capitalismo, a única forma de eliminar esta exploração é por meio da reforma monetária que torne a liquidez abundante e o preço do dinheiro insignificante. É, de fato, uma espécie economia com propriedade privada e assentado sobre o trabalho. Seria uma alternativa mais realista (menos utópica) do que constituir uma sociedade de massas assentada no controle do trabalho social por um Estado sob comando político do proletariado, onde cada indivíduo é “forçado” a se dedicar mais aos outros do que a si mesmo. Seria um sistema conscientemente desenhado para que os ímpetus do auto interesse fluíssem com relativa segurança para o bem comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, o que se poderia aprender do espírito de Gesell hoje? Este trabalho permite registrar três pontos que nos ajudam a entender melhor como Keynes se posiciona em relação à Marx e ao sistema econômico que deriva da teoria econômica Marxista.

Primeiro, em relação à convergência, tanto Keynes como Marx apresentam *teorias monetárias da produção*, onde o dinheiro possui papel de destaque e a crise econômica é inerente ao sistema capitalista. Este é um ponto de acordo fundamental e de aproximação inegável considerando que a escola de pensamento econômico dominante ainda tem

dificuldades em reconhecer a centralidade do dinheiro na economia.

Segundo, parece existir disparidades de dois tipos. A de tipo teórico se refere ao conceito de dinheiro e a derivação da teoria da taxa de juros monetária, bem como à maneira sobre como a propriedade privada deve ser investigada e considerada nas soluções econômicas. A de tipo prático se refere à proposta de política econômica que Proudhon, Gesell e Keynes acham viável de ser aplicada para que o sistema real possa se aproximar do sistema ideal que têm em mente. Esse sistema ideal está em consonância com as metas da Revolução Francesa, e se fundamenta em condicionar o aspecto monetário como subordinado à produção.

Terceiro, a conexão entre Keynes e Gesell, sugere que revisitar o debate entre Marx e Proudhon é necessário, sobretudo pela aproximação sobre as causas dos problemas no sistema econômico em que existe moeda. Os dois tipos de divergências mencionados no segundo ponto precisam ser aprofundados antes que possamos concluir com segurança de que maneira os dois sistemas em questão (de um lado o de Proudhon, Gesell e Keynes e do outro o de Marx) se relacionam. De todo modo, podemos aventar que a postura de Gesell em relação ao Marxismo é muito mais fechada que a de Keynes. Enquanto Gesell defendia uma reforma econômica antimarxista, Keynes tinha uma postura menos dogmática em relação aos grandes autores da Economia Política. Sua visão do mundo era muito mais realista, assim como dos conflitos de ordem material, sendo muito mais propenso a reconhecer e defender o papel do Estado em diversos outros ramos da economia para além da política monetária. Por essa razão, a proposta de reforma econômica, política e social de Keynes poderia ser classificado como não-marxista ao invés de antimarxista, como é o caso do caminho proposto por Gesell. Isso indica que a mistura entre as teorias econômicas de Keynes e Marx pode sim ser frutífera a despeito de relevantes disparidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, F. 1986. *A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana*. Revista de Economia Política, Vol. 6, nº 4, outubro-dezembro, 1986.

DARITY JR., W. (1995). Keynes' Political Philosophy: the Gesell connection. *Eastern Economic Journal*, vol. 21, no. 1, pp. 27-41.

DARWIN, C. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (1st ed.). London: John Murray, 1859.

DILLARD, D. *Keynes and Proudhon*. Cambridge University Press, The Journal of Economic History, vol. 2, n.1, pp.63-76, May, 1942.

DILLARD, D. *Keynes and Marx: a centennial appraisal*. Journal of Post Keynesian Economics, vol. 6, n.3, pp.421 -432, 1984.

DOW, S. (2017). Keynes and Gesell: Political and Social Philosophy, Epistemology and Monetary Reform. *Annals of the Fondazione Luigi Einaudi*, Volume LI, June 2017: 77-92.

FERNANDES, S. *A Libertação Econômica do Mundo Pelo Esquecido Plano Keynes*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.

GESELL, S. [1916] *The Natural Economic Order: A Plan to Secure an Uninterrupted Exchange of the Products of Labor, Free from Bureaucratic Interference, Usury and Exploitation*. London: Peter Owen Ltd, traduzido do alemão por Philip Pye M.A., 1958.

KEYNES, J. M. [1930] *A Treatise on Money: I - The Pure Theory of Money*. Reimpresso como The Collected Writings of John Maynard Keynes, Macmillan for the Royal Economic Society, Cambridge University Press, vol. V, 1971.

KEYNES, J. M. *Essays in Persuasion*. London: Macmillan, 1931.

KEYNES, J. M. [1933a] *The Distinction Between a Co-operative Economy and an Entrepreneur Economy*. The Collected Writings of John Maynard Keynes. London and Basingstoke: Macmillan, for the Royal Economic Society, V.XXIX, p.76-87,1973.

KEYNES, J. M. A Monetary Theory of Production. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. CW: vol. XIII, p. 408-411, 1933.

KEYNES, J. M. [1936] *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LUXEMBURG, R. [1900]. *Reform or Revolution*. London: Militant Publications, 1986. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm> [12/02/2014].

MANNHEIM, K. [1954] *Diagnóstico de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K. [1847]. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Flama, 1946. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/anexo01.htm> [06/08/2015].

MARX, K. [1867]. *O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. [1891]. *Kritik des Gothaer Programms*. Marx-Engels-Werke (MEW 19,4). Berlim: Dietz Verlag, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1875/kritik/> [08/08/2015].

PROUDHON, J. P. [1847] *System of Economical Contradictions or The Philosophy of Misery*. Boston: Benj. R. Tucker, traduzido do francês, 1888. Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/proudhon/misery.htm>.

SMITH, A. [1776] *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

VEBLEN, T. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions*. New York: Macmillan, 1899.

YUKI, T. (2015). Reconsiderando a crítica de Gesell sobre a teoria do capital de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no.40. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/135> [03/07/2017].

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

Vice-Direção FACE

Prof^ª. Daiana Paula Pimenta

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Everton Sotto Tibiriçá Rosa

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.
Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.eco.face.ufg.br>

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do Curso ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.